



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,95% São Paulo	133.953	R\$ 5,590 (+ 1,98%)		R\$ 6,463	10,40%	10,47%	Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38
0,43% Nova York	19/8 20/8 21/8 22/8	Últimos 16/agosto 5,468 19/agosto 5,412 20/agosto 5,483 21/agosto 5,482					

IMPOSTOS

Apesar do aumento de renúncias fiscais, recolhimento de tributos do governo federal chega a R\$ 231 bilhões, em julho, novo recorde para o mês desde 1995, início da série histórica

Arrecadação cresce 9,5%

» RAFAELA GONÇALVES

A arrecadação federal de impostos e contribuições somou R\$ 231 bilhões em julho, um aumento real (descontada a inflação) de 9,5%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados da Receita Federal, esse foi o maior valor para o mês da série histórica, iniciada em 1995.

De janeiro a julho, a Receita arrecadou R\$ 1,5 trilhão — alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023, registrando também um recorde para os primeiros sete meses do ano. A máxima anterior foi registrada em 2022, quando a arrecadação bateu R\$ 1,42 trilhão. No mês, as receitas administradas pelo órgão somaram R\$ 214,8 bilhões, representando avanço real de 9,8%. Segundo o Fisco, os recordes ocorrem após a aprovação pelo Congresso de uma série de medidas arrecadatórias, como a tributação de fundos exclusivos, os "offshores".

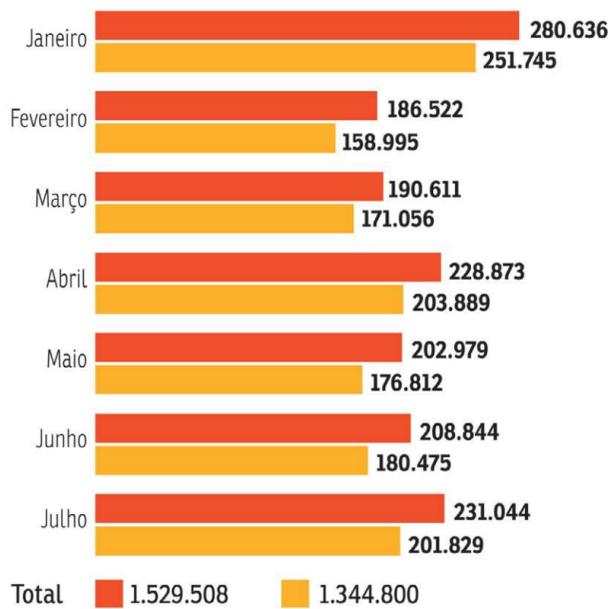
"Para julho, assim como para 2024 como um todo, contribuíram para o sucesso da arrecadação o bom desempenho macroeconômico e a adoção de medidas legislativas no campo tributário, no ano passado, a partir das propostas do Ministério da Fazenda", destacou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

As receitas com o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) somaram R\$ 45,2 bilhões em julho, representando crescimento real de 21,9% em relação ao mesmo mês de 2023. Houve ainda crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. O recolhimento desses dois tributos sobre as empresas somou R\$ 52,1 bilhões, no mês passado, com crescimento de 6,1% sobre o mesmo

Desempenho

O recolhimento de tributos pelo governo federal cresce mais de 9,5%, em julho, e bate novo recorde

Em preços correntes (R\$ bilhões)



Fonte: Receita Federal

intervalo de 2023. Já a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 53,5 bilhões, com expansão de 6%, na mesma base de comparação. Foi registrada também receita atípica devido à calamidade no Rio Grande do Sul.

Apesar do desempenho positivo da arrecadação, o governo anunciou, no mês passado, congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas devido ao crescimento de gastos obrigatórios e à

frustração nas receitas em relação ao projetado originalmente no Orçamento. Uma frustração foi mudança no voto de desempate dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O governo previa arrecadar R\$ 55,6 bilhões com a medida, contudo, reduziu a estimativa para R\$ 37,7 bilhões.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da

Receita, Claudemir Malaquias, até o fim do ano, ainda há outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões para entrar, além de outros processos que estão sendo negociados com contribuintes que foram condenados com voto de desempate. "Foram criadas novas equipes para acelerar as negociações com os contribuintes", contou.

Outra frustração de receita foi com subsídios, pois o Fisco deixou de arrecadar R\$ 10,1 bilhões em julho devido a prorrogação das desonerações tributárias concedidas a diversos segmentos da economia. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, R\$ 72,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos. Uma das preocupações da equipe econômica é a manutenção da desoneração da folha de pagamentos neste ano. Somente em junho, o benefício significou uma renúncia de R\$ 1,8 bilhão.

O projeto aprovado, nesta semana, no Senado, deixou de fora as medidas de compensação sugeridas pela Fazenda, de aumento da alíquota da CSLL e do Imposto de Renda sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Ao comentar os resultados, Malaquias afirmou que o texto "foi uma construção que partiu do Poder Legislativo" e disse que a Receita só se manifestará após a tramitação final do texto, que seguiu para análise da Câmara dos Deputados. "Todas essas medidas, algumas tributárias e outras financeiras, serão todas avaliadas e, a partir do momento em que recebermos o texto do Congresso, vamos nos manifestar", afirmou.

Na avaliação do economista Muriilo Viana, consultor sênior da GO Associados, a proposta de compensação é uma "solução de meio", em que tanto o governo quanto o Senado precisaram ceder. "Do ponto de vista fiscal, a desoneração significa uma perda de arrecadação relevante, especialmente relevante em contexto que o governo conta os centavos para cumprir o arcabouço fiscal. Para além de 2024, o cenário fiscal será muito desafiador", alertou.

ENERGIA

Apagão atinge Acre e parte de Rondônia

» VINICIUS DORIA
» HENRIQUE LESSA

Um problema no sistema de transmissão do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira provocou um apagão em todo o estado do Acre e em parte dos municípios de Rondônia, incluindo a capital, Porto Velho. A queda da energia foi registrada às 16h47 de ontem, com a interrupção de 980 Megawatts (MW) de carga — 180MW no Acre e 800MW em Rondônia —, segundo informação do Operador Nacional do Sistema (ONS). O órgão que regula o Sistema Integrado Nacional (SIN) disse que houve perda do sistema de transmissão em corrente contínua do Complexo Madeira, além do sistema de transmissão em 230 Quilowatt (kV) que interliga os estados do Acre e Rondônia.

A recomposição do sistema teve início às 17h10, por meio da energização do sistema de interligação em 230 kV entre as subestações de Pimenta Bueno e Ji-Paraná.

De acordo com o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, o ONS vai apurar a responsabilidade, mas uma informação ainda não oficial do próprio ONS, indicava que um dos operadores da transmissão disse que "havia uma queimada muito forte na região".

O ministro participava, ontem à noite, de um evento do setor elétrico, e garantiu que a energia para os estados do Acre e Rondônia já estavam 100% restabelecidas pela ação conjunta das entidades do setor.

"A notícia boa é que nós estamos com 100% da energia restabelecida e o problema está completamente sanado e o Ministério trata agora a população com esse respeito, encarando os problemas de frente", afirmou Silveira. Ele disse ser impossível em um país do tamanho do Brasil não ter eventos esporádicos como o que aconteceu ontem. O ministro ainda afirmou que o evento não trará a necessidade de acionamento das geradoras térmicas da região.

Assim que recebeu a informação do blecaute, Silveira instalou uma sala de situação — com a participação do ONS e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) — "para garantir celeridade à recomposição do sistema e acompanhar as demais tratativas sobre a ocorrência", que se deu por causa do "bloqueio de alguns ativos do sistema de transmissão que atende Acre e Rondônia", de acordo com nota da assessoria do MME.

ORÇAMENTO DE 2025

Haddad prevê aumento de tributos

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo vai encaminhar junto ao Projeto de Lei Orçamentário Anual (Ploa) de 2025 propostas prevendo aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e alteração da tributação sobre o Juros Sobre Capital Próprio (JCP). Segundo Haddad, as medidas servirão como uma espécie de garantia caso as propostas aprovadas pelo Senado não sejam suficientes para compensar a desoneração da folha no ano que vem.

"O combinado com o Senado é que, se as medidas anunciadas pela Casa não forem suficientes, a lei orçamentária tem que prever quais seriam, para os anos seguintes, as medidas compensatórias da desoneração. Então, isso vai ser encaminhado, não como medida provisória, mas como projeto de lei e podem vir a não ser aprovadas se as projeções do Senado se confirmarem", disse o ministro, ontem, a jornalistas, na portaria do Ministério da Fazenda.

O chefe da pasta explicou que o governo vai encaminhar apenas as medidas que eventualmente tenham que ser aprovadas até fim do ano, caso a estimativa do Senado não se concretize. "Do ponto de vista da compensação, nosso



O combinado com o Senado é que, se as medidas anunciadas pela Casa não forem suficientes, a lei orçamentária tem que prever quais seriam"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

entendimento, que pode ser desmentido pelos fatos, é de que o que foi aprovado no Senado resolve 2024, mas nós vamos esperar que os cálculos mais otimistas do Senado sejam realizados. Se isso acontecer, melhor para nós", ressaltou.

Haddad afirmou que o Ploa trará medidas no âmbito da revisão de gastos que vão garantir a economia de R\$ 25,9 bilhões no ano que vem, afim de compensar os gastos com a manutenção da desoneração da folha para os 17 setores. O ministro reforçou que uma reforma de renda mais ampla deve ser enviada ao Congresso nos próximos 60 dias. "Não temos intenção de usar reforma da renda para fechar

o Orçamento. Tanto do ponto de vista do consumo quanto do ponto de vista da renda, a reforma global dos tributos no Brasil é o compromisso de estabilizar a arrecadação", disse.

Sabatina

Haddad evitou dar um prazo sobre quando espera a sabatina do novo presidente do Banco Central (BC) e muito menos confirmou a data de quando o presidente Lula pretende bater o martelo sobre o nome do substituto de Roberto Campos Neto.

"Tudo está programado para uma conversa entre Senado e Planalto sobre a possibilidade de fazermos a sabatina, durante esse processo de recesso branco. Exatamente para evitar qualquer tipo de problema com eles, mas havendo possibilidade da Sabatina durante o recesso branco, é essa conversa que está sendo feita", disse o ministro. Segundo ele, o presidente Lula já tem o nome para a presidência da autoridade monetária "em mente" e que ele já pediu sugestões para as outras duas diretorias que ficarão vagas até o fim do ano. "Eu não vou antecipar, pois é a atribuição dele", afirmou. Haddad ressaltou que a previsão para o anúncio dos indicados depende da "simpatia" do Senado em relação ao tema.

Autonomia do Banco Central

Divulgação



O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galvão, nome mais cotado para substituir o atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, afirmou que a autonomia do BC não significa fazer o que bem entender, como bem entender. Segundo ele, significa "poder cumprir sua meta". Além disso, ele reforçou que o Comitê de Política Monetária (Copom) "não hesitará" em aumentar a taxa básica da economia (Selic) se for necessário. "Na minha interpretação, posição difícil para o BC não é ter de subir juros. Posição difícil é inflação fora da meta, que é uma situação desconfortável. Subir juros é uma situação cotidiana para quem está no BC", disse o economista, ontem, durante evento promovido pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).